

**OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS ÀS CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA POR
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA – ETAPA 2**

Isabelly Meira Domingues, Geisa Letícia Kempfer Böck

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem ganhado destaque no cenário educacional brasileiro, sendo compreendida como direito de todos à aprendizagem em espaços comuns. Este projeto busca compreender as concepções de inclusão entre profissionais da educação básica, a partir das falas de participantes de uma ação de extensão promovida pelo Laboratório de Educação Inclusiva da UDESC, evidenciando avanços e equívocos sobre o tema.

O estudo piloto integra uma investigação mais ampla, cujo objetivo é analisar como formações continuadas, fundamentadas nos “Estudos da Deficiência na Educação”, contribuem para ressignificar o conceito de deficiência. Neste recorte, o foco está na compreensão da inclusão, verificando se o olhar docente ainda se restringe à presença de estudantes com deficiência (Educação Especial) ou se já se amplia para a inclusão como direito universal no sistema educacional.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa com abordagem qualitativa configura-se como pesquisa formação-docente, realizada em cursos de formação continuada ofertados/organizados pelo Laboratório de Educação Inclusiva na modalidade a distância, via plataforma Moodle.

A amostra é composta por 113 profissionais da educação básica, pertencentes a três diferentes instituições. Para a coleta de dados, utilizou-se um formulário online contendo um questionário sociodemográfico e questões abertas, aplicados no pré e pós-formação. Os instrumentos foram elaborados com o objetivo de obter informações sociodemográficas e concepções acerca da compreensão da deficiência e da Educação Inclusiva. As respostas foram organizadas em planilhas os resultados foram tratados com a técnica da análise temática de conteúdo, com categorização das falas nos seguintes eixos: a) educação inclusiva como direito universal; b) educação inclusiva relacionada à deficiência e à educação especial; c) educação inclusiva como valorização das diferenças e da diversidade; d) educação inclusiva como prática pedagógica e acolhimento.

RESULTADOS

No capítulo “*A escolarização das pessoas com deficiência no Brasil: educação inclusiva e produção de sentido*”, Rosângela Machado, Geisa Letícia Kempfer Bock e Anahi Guedes de Mello (2022) apresentam um parâmetro importante para compreender a trajetória da Educação Especial na perspectiva inclusiva. As autoras evidenciam que, historicamente, essa modalidade esteve marcada pela segregação e exclusão, sustentada por um modelo biomédico e caritativo. Entretanto, a partir do reconhecimento do direito de todos à educação, inicia-se um processo de reestruturação que ressignifica as concepções de deficiência e a Educação Especial dentro da Educação Inclusiva. Diniz (2007, p. 9) ressalta que a “deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente”. Essa perspectiva permite interpretar os dados da pesquisa e os atravessamentos históricos, jurídicos e políticos. A análise dos questionários evidenciou quatro categorias principais:

1. **Educação inclusiva como direito universal e equidade**, em que a inclusão é compreendida como garantia de acesso à educação a todos os sujeitos. Nessa linha, surgiram falas como: “*Educação inclusiva é o acesso à educação a todos*”.
2. **Educação inclusiva vinculada à deficiência e à educação especial**, que restringe a inclusão à presença de alunos com deficiência, como mostram falas do tipo: “*Educação inclusiva são todas as ações que contribuem para garantir o acesso e a permanência das pessoas com deficiência*”.
3. **Educação inclusiva como valorização das diferenças e diversidade**, que amplia o entendimento para além da deficiência, ao reconhecer as diferenças como constitutivas do processo educativo. Nesse sentido, destacam-se frases como: “*Cada aluno é único e valoriza suas diferenças*”.
4. **Educação inclusiva como prática pedagógica e acolhimento**, que compreende a inclusão como ação cotidiana, ancorada em práticas pedagógicas e no compromisso com o acesso ao conhecimento. Exemplos dessa categoria são: “*Uma prática cotidiana que oportunize o acesso ao conhecimento*”.

Do total de participantes, 38 associaram a educação inclusiva à deficiência, enquanto 42 a vincularam à valorização das diferenças. Os dados indicam avanços, como a crítica à segregação, defesa da escola comum e valorização do protagonismo pedagógico. Contudo, persistem concepções limitadas: inclusão reduzida à deficiência, confusão entre integração e inclusão, permanência de visões biomédicas e caritativas, e ausência de compreensão da inclusão como transformação estrutural.

Essas falas revelam a deficiência como construção social e histórica, atravessada por desigualdades de raça, gênero e classe (Diniz, 2007). Ainda predominam compreensões centradas em lesões e limitações, mas também emergem perspectivas que reconhecem a diversidade como constitutiva do ambiente educativo. Há resistência e desejo de deslocar o foco da lesão para a valorização da diferença e do papel ativo do agente pedagógico. Como afirma Januzzi (2004), o direito à educação não deve recair apenas sobre o indivíduo ou sua família, mas ser responsabilidade da escola, reafirmando a inclusão como compromisso coletivo e estrutural, mesmo diante de adversidades, pois educar é um ato político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das concepções de inclusão entre profissionais da educação básica, participantes de ações de formação continuada promovidas pelo Laboratório de Educação Inclusiva da UDESC, revela avanços significativos no entendimento da educação inclusiva como direito universal, mas destaca também a permanência de visões restritas e normativas. A pesquisa reafirma que educar é um ato político e que a efetivação da educação inclusiva depende do engajamento crítico dos profissionais da educação, da escuta ativa das comunidades escolares e da construção de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a pluralidade dos sujeitos. Destaca-se a necessidade de formação crítica e contínua dos profissionais da educação e a urgência de uma escola que celebre a diferença e promova justiça social, pois a inclusão, não deve ser vista como responsabilidade individual, mas como um projeto coletivo que exige mudanças institucionais, curriculares e culturais.

Palavras-chave: estudos da deficiência na educação; formação continuada; capacitismo; ética do cuidado; educação inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Diniz, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

JANNUZZI, Gilberta. As diferentes concepções do deficiente. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 3, p. 9-25, 2004.

MACHADO, Rosângela; BOCK, Geisa Letícia Kempfer; MELLO, Anahi Guedes de. A escolarização das pessoas com deficiência no Brasil: educação inclusiva e produção de sentido. In: SILVA, Solange Cristina da; BECHE, Rose Clér Estivalete; COSTA, Laureane Marília de Lima (org.). **Estudos da deficiência na educação: anticapacitismo, interseccionalidade e ética do cuidado**. Florianópolis: UDESC, 2022. p. 116–145.

DADOS CADASTRAIS

BOLSISTA: Isabelli Meira Domingues

MODALIDADE DE BOLSA: PROBIC/UDESC (IC)

VIGÊNCIA: 09/2024 a 08/2025 – Total: 12 meses

ORIENTADOR(A): Geisa Letícia Kempfer Böck

CENTRO DE ENSINO: CEAD

DEPARTAMENTO: Departamento de Pedagogia a distância

ÁREAS DE CONHECIMENTO: Ciências Humanas/Educação

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA: Os sentidos atribuídos a concepção de deficiência por profissionais da Educação Básica – etapa 2

Nº PROTOCOLO DO PROJETO DE PESQUISA: NPP4192-2023